

A globalização e o Estado nacional*

BOB JESSOP

Poulantzas publicou os seus trabalhos bem antes que a atual celeuma em torno da globalização começasse e antes que as afirmações sobre a morte do Estado-nação tivessem se tornado correntes. Porém, o trabalho por ele desenvolvido nos anos 70 abordou alguns dos temas cruciais de toda análise marxista séria da relação entre: a) mudanças na economia capitalista em escala mundial; b) a forma e as funções básicas do Estado capitalista nacional contemporâneo. Esses temas foram inicialmente abordados num alentado e importante ensaio sobre “A internacionalização das relações capitalistas e o Estado-nação”. Os mesmos temas foram a seguir discutidos em três livros: *As classes sociais no capitalismo de hoje*, *A crise das ditaduras* e *O Estado, o poder, o socialismo*. Meu propósito, neste texto, é o de reexaminar a argumentação global de Poulantzas nos anos 70, mostrando como ela mudou em alguns aspectos essenciais nesse período, bem como fazendo uma distinção entre a sua abordagem teórica geral e a sua aplicação particular à Europa (especialmente à França, à Grécia, à Portugal e à Espanha) numa fase específica do imperialismo. Argumentarei que a abordagem geral de Poulantzas é teoricamente mais sofisticada e estrategicamente mais relevante para a esquerda que muitas das atuais afirmativas “globalizantes” sobre o futuro do Estado — nação numa era de globalização. Entretanto, sugeri também que a sua abordagem geral foi prejudicada pelo reducionismo de classe e que ele não logrou antecipar mudanças futuras na internacionalização do capital. Isto significa por sua vez que muitos dos seus prognósticos específicos estavam errados em alguns aspectos cruciais. Não obstante, suas análises podem ser aproveitadas, desde que se introduzam considerações teóricas adicionais que sejam coerentes com a abordagem poulantziana global,

* Este é o texto da comunicação apresentada pelo prof. Bob Jessop, da Universidade de Lancaster (Reino Unido) no simpósio “Miliband and Poulantzas in retrospect and prospect”, realizado nos dias 24-25 de abril de 1997 na City University of New York (Estados Unidos). Esse texto será proximoamente publicado, em inglês, como capítulo do livro de Stanley Aaronowitz e Peter Bratsis (eds.), *Rethinking the State: Miliband, Poulantzas and State theory*, University of Minnesota Press, Minneapolis, no prelo. Agradecemos ao prof. Jessop a autorização para publicação de seu texto em *Crítica Marxista*. A tradução é de Décio Saes.

bem como se apontem certos aspectos novos da atual fase do imperialismo. Assim, este texto está dividido em duas partes principais: 1º) uma apreciação crítica dos argumentos de Poulantzas; 2º) um balanço das atuais mudanças no Estado nacional, a partir de uma perspectiva poulantziana reformulada. O artigo se encerra com mais alguns comentários gerais sobre a relevância do trabalho de Poulantzas e com as minhas observações pessoais sobre as mudanças possíveis na União Européia, analisada à luz da teoria do Estado.

Poulantzas: teoria marxista e estratégia política

Observei alhures¹ que o trabalho de Poulantzas, apesar do seu tantas vezes criticado “hiper-abstracionismo” e das suas obscuridades teóricas, foi originalmente motivado pelos seus profundos compromissos políticos com a classe trabalhadora e com as lutas democrático-populares na Europa contemporânea. Desse modo, complementarmente ao seu envolvimento com as posições teóricas defendidas em textos clássicos de Marx, Engels e Lenin, Poulantzas coerentemente se engajou na crítica incisiva a propostas contemporâneas alternativas de análise marxista do imperialismo. Tais propostas incluíam: teorias do capitalismo monopolista de Estado, a tese de um ultra-imperialismo organizado sob a hegemonia de um super-Estado norte-americano ou de uma dominação não-estatal do capital monopolista, a suposição de uma pretensa continuidade das contradições entre Estados nacionais (mobilizados para defender as suas próprias burguesias nacionais), bem como a visão de que a Comunidade Económica Européia estaria se tornando um aparato político supranacional para poder servir ao capital europeu em sua luta contra a hegemonia do capital norte-americano.² O envolvimento de Poulantzas com a estratégia política se evidencia especialmente nas análises que ele empreende sobre as atuais mudanças no imperialismo e sobre as suas implicações para os Estados nacionais e para as lutas de classe na Europa.

Relendo o seu trabalho ao cabo de vinte anos de discussões sobre as mudanças na economia mundial, constatamos a importância, para Poulantzas, de situar as suas análises em termos de uma cuidadosa periodização³ da “cadeia imperialista” e das lutas de classe às quais ela está inevitavelmente ligada. E isto porque Poulantzas insistiu em colocar

1. Cf. Bob Jessop, *Nicos Poulantzas: Marxist theory and political strategy*, Ed. Macmillan, Londres, 1985.

2. Cf. Nicos Poulantzas, *Classes in contemporary capitalism*, New Left Books, Londres, 1975, p. 38-40.

3. Poulantzas observou que a “periodização não deriva das supostas ‘tendências’ do próprio modo de produção, este sendo simplesmente um objeto abstrato. Só as formações sociais podem ser periodizadas, já que é nelas que a luta de classe ocorre: um modo de produção só existe nas condições específicas — económicas, políticas, ideológicas — que determinam a sua constituição

a questão da internacionalização em termos de imperialismo. Embora este último tema seja freqüentemente desconsiderado nos trabalhos recentes sobre a “globalização”, a atenção às suas formas em mutação é essencial para uma compreensão adequada das mudanças no Estado nacional e também de muitos outros fenômenos. Nessa perspectiva, Poulantzas examinou mudanças na divisão internacional do trabalho social, conectadas com diferentes metrópoles imperialistas e formações sociais dominadas no quadro de uma matriz complexa, caracterizada pelo desenvolvimento desigual e combinado. E ele relacionou essas mudanças, por sua vez, aos ritmos cambiantes da luta de classe (especialmente no que diz respeito à contradição principal entre burguesia e classe trabalhadora) que, ao mesmo tempo, suscitam mudanças nas estratégias burguesas e resultam de mudanças na “cadeia imperialista”. Finalmente, Poulantzas investigou o modo pelo qual tais mudanças se refletem na reorganização da materialidade institucional do Estado nacional, bem como a relação existente entre as suas funções econômicas e as demais funções e a natureza das suas crises-tendências.

Ao enfrentar esses temas, Poulantzas integrou o seu interesse permanente em teoria do Estado e em estratégia política, de modo mais íntimo e coerente, aos temas econômicos marxistas tradicionais. Estes tinham sido amplamente ignorados no seu primeiro trabalho sobre teoria do Estado, sob o pretexto de que a economia capitalista não apenas era separada do Estado capitalista como também amplamente capaz de se autovalorizar, uma vez que a estrutura política e ideológica “externa” para a acumulação seja assegurada através do Estado.⁴ O envolvimento substancial com temas econômicos ganhou pela primeira vez importância no trabalho de Poulantzas sobre a internacionalização do capital⁵ e em *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Tais temas foram mais tarde integrados de modo relativamente efetivo à sua própria teoria do Estado em *O Estado, o poder, o socialismo*. Mas Poulantzas também trouxe alguma nova contribuição à crítica marxista tradicional da economia política. Em particular, ele analisou o processo de trabalho em termos de uma complexa divisão econômica, política e intelectual do trabalho, onde os efeitos constitutivos e as ações do Estado estão sempre presentes; e, de modo

e reprodução (...) As formações sociais são de fato os locais do processo de reprodução; elas são os núcleos do desenvolvimento desigual da relação entre modos e formas de produção no contexto da luta de classe. Isto significa que o âmbito em que o MPC se reproduz no estágio imperialista é a cadeia imperialista e as suas articulações.”(cf. Poulantzas, op. cit., p. 48)

4. Cf. Nicos Poulantzas, *Political power and social classes*, Ed. Sheed and Ward, Londres, 1973, p. 32-33 e p. 55-56. Para a sua própria crítica subsequente a este erro clássico da economia política liberal, consultar Poulantzas, *Classes in contemporary capitalism*, já citado, p. 100-101; bem como Nicos Poulantzas, *State, power, socialism*, Ed. Verso, Londres, 1978, p. 15-20).

5. Ver Nicos Poulantzas, “L’internationalisation des rapports capitalistes et l’État-nation” in *Les Temps Modernes* n. 319, p. 1459-1500.

similar, ele estudou as classes sociais do ponto de vista de sua “reprodução ampliada”, mais que do ângulo econômico “estreito” de seu lugar na produção, distribuição e consumo. Essa reprodução ampliada abarcava relações econômicas, políticas e ideológicas, e envolvia o Estado e a divisão entre trabalho mental e trabalho manual bem como o circuito do capital e relações não-capitalistas de produção. Com efeito, Poulantzas sempre colocou as relações sociais de produção, *nesse sentido ampliado ou integral*⁶ no centro das suas análises da luta de classes. E ele chegou à análise da reprodução social em termos da reprodução de condições econômicas, políticas e ideológicas interrelacionadas e conectadas à acumulação.⁷ Estes foram importantes avanços.

Dito isto, Poulantzas continuou preso à economia política marxista clássica. E isto porque as suas análises tinham como premissas o papel em última instância determinante do modo de produção no que concerne a todos os aspectos da organização societal, a primazia da contradição fundamental entre capital e trabalho e o poder diretor da luta de classe proletária na transição para o socialismo. Somente em seu último ano de vida Poulantzas começou a questionar seriamente esses princípios fundamentais do marxismo e a tentar um movimento de ultrapassagem dos mesmos.⁸

Imperialismo

Foi neste contexto teórico e estratégico global que o extenso ensaio poulantziano de 1973 sobre a internacionalização focalizou a última fase do imperialismo e a emergência da luta de classe em metrópoles imperialistas cruciais, a saber, o Japão, os Estados Unidos e a Europa.⁹ Mais particularmente, Poulantzas se interrogava: “É ainda possível falar-se, hoje, de um *Estado nacional* nas metrópoles imperialistas? Que conexões existem entre esses Estados e a internacionalização do capital

6. Esta frase deriva obviamente da análise gramsciana do Estado: Gramsci definia o Estado no seu sentido integral como “sociedade política + sociedade civil” (Ver *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968). Do mesmo modo, Poulantzas analisou as classes do ponto de vista da sua reprodução ampliada (Cf. “L’internationalisation des rapports capitalistes et l’État-nation”; *As classes sociais no capitalismo de hoje*; e *O Estado, o poder, o socialismo*). Na verdade, à exceção de sua sobrepolitizada e ideologizada visão da pequena burguesia em *Fascismo e ditadura*, Poulantzas sempre definiu as classes sociais em termos das relações sociais de exploração, propriedade e controle econômicos. Ao mesmo tempo, entretanto, ele sublinhava que outras ordens institucionais (especialmente o Estado) estavam profundamente envolvidas na reprodução das relações sociais de produção.

7. Ver o artigo acima citado, bem como *As classes sociais no capitalismo de hoje* e *O Estado, o poder, o socialismo*.

8. Cf. Nicos Poulantzas, “L’État, les mouvements sociaux, le parti”, in *Dialectiques* n. 28, 1979; bem como “Interview with Nicos Poulantzas”, in *Marxism Today*, julho 1979, p. 198-205.

9. Ver N. Poulantzas, *Classes in contemporary capitalism*, já citado, p. 38.

ou as empresas multinacionais? Novas formas institucionais superestatais tendem a substituir os Estados nacionais? Em caso negativo, por quais modificações esses Estados estão passando de tal modo que se tornem aptos a preencher as novas funções requisitadas pela reprodução ampliada do capital em escala internacional?”¹⁰

Para responder essas questões, Poulantzas se propôs a analisar “as modificações contemporâneas na cadeia imperialista e os seus efeitos sobre as relações entre as metrópoles, bem como sobre os Estados nacionais em particular”.¹¹

Poulantzas dividiu o desenvolvimento capitalista em escala mundial, segundo uma linha marxista-leninista, em três *estágios* principais: uma fase de transição, o capitalismo competitivo e o capitalismo monopolista (ou imperialismo). Esses estágios se sobrepõem no sentido de que relações sociais pré-capitalistas bem como as relações de classe capitalistas correspondentes a cada estágio do capitalismo estão sujeitas a complexos modos de conservação-dissolução, na medida em que o capitalismo continua a se desenvolver em cada formação social e na cadeia imperialista como um todo.¹² De acordo com Poulantzas, o capitalismo monopolista é caracterizado por: a) uma relativa dissociação da propriedade econômica e da propriedade legal (observável na ascensão das sociedades por ações); b) o papel fundamental e determinante da exportação de capital, mais que da exportação de mercadorias; c) o deslocamento da dominância (tanto dentro das formações sociais quanto dentro da cadeia imperialista como um todo), do econômico (isto é, das forças do mercado) para o político (o Estado); d) o deslocamento da dominância, no seio das funções particulares do Estado, da função estritamente política (isto é, um papel jurídico-político ou de “guarda noturno”) para a função econômica (agora transformada e consideravelmente ampliada).¹³ Cada estágio do capitalismo pode ser dividido, por sua vez, em *fases*: uma instável fase de transição, uma fase de consolidação e uma fase caracterizada pela consolidação final dos aspectos típicos desse estágio.¹⁴ Fases diferentes do imperialismo correspondem a formas específicas de acumulação de capital, bem como a formas específicas das relações globais de produção e da divisão

10. Cf. N.Poulantzas, “L’internationalisation des rapports capitalistes et l’État-nation”, já citado; bem como *Classes in contemporary capitalism*, p. 38.

11. Ver *Classes in contemporary capitalism*, já citado, p. 40-41.

12. Ver *Classes in contemporary capitalism*, já citado, p. 44.

13. Ver *Political power and social classes*, já citado, p. 55-56; bem como *Classes in contemporary capitalism*, p. 42 e 118-119.

14. Poulantzas caracteriza essas fases, respectivamente, como a que se estende do fim do século XIX aos primeiros anos do período entre as guerras, a do período da crise dos anos 30 e a do período pós-1945 (Cf. *Classes in contemporary capitalism*, p. 45-46 e 63).

internacional do trabalho. Elas também estão ligadas a diferentes tipos de efeitos de “conservação/dissolução”, que se produzem sobre relações sociais de produção (cada uma com as classes sociais respectivas) de tipo pré-capitalista, capitalista competitivo ou outro.¹⁵

Um aspecto central da “presente” fase do imperialismo (Poulantzas escrevia no início dos anos 70) seria a emergência de uma “nova linha divisória dentro do campo metropolitano, entre os Estados Unidos, de um lado, e as demais metrópoles imperialistas, em particular da Europa, de outro”.¹⁶ Todas as metrópoles ainda estavam lutando para explorar e dominar formações dependentes; porém, travava-se igualmente uma luta mais aguda pela exploração e pela dominação dentro da Europa.¹⁷ Essa luta era conduzida não apenas através do investimento estrangeiro direto (especialmente pelo capital norte-americano), mas também através das fusões do capital norte-americano com o capital europeu e do estabelecimento, de um modo mais geral, da dominância de padrões técnicos, *know-how* e relações sociais de produção típicas do capital monopolista norte-americano nas metrópoles européias. Alguns anos mais tarde, a análise de Poulantzas poderia ter sido facilmente renomeada em termos da difusão para a Europa Ocidental do modo de crescimento norte-americano do pós-guerra, bem como do seu modo social de regulação econômica; ou, em termos mais gerais, da difusão, para a Europa Ocidental, de um modo de socialização de massa capaz de produzir o fenômeno do fordismo atlântico.¹⁸ Porém, desde então registraram-se acontecimentos e emergiram tendências, não totalmente previstos por Poulantzas, que mudaram a natureza do imperialismo. Isto inclui a crise do fordismo atlântico (embora não a crise da hegemonia dos Estados Unidos), a expansão contínua das formas distintas de capitalismo leste-asiático (embora sob a hegemonia norte-americana), a difusão da niponização e — um fenômeno que ele esperava — o colapso do bloco soviético. Este artigo se refere a alguns desses temas na segunda parte (“O futuro do Estado nacional: 25 anos mais tarde”)

Internacionalização e relações de classe

Poulantzas relacionou a então corrente fase do imperialismo à socialização internacional do processo de trabalho — um processo que, sugere ele, afeta especialmente as “relações globais de produção”.¹⁹ Esse

15. Ver N. Poulantzas, *Classes in contemporary capitalism*, p. 43-44, 72, 142 e 166-167.

16. Cf. N. Poulantzas, *Classes in contemporary capitalism*, p. 47.

17. Cf. N. Poulantzas, *Classes in contemporary capitalism*, p. 47-48.

18. Ver Bob Jessop, “Fordism and post-fordism: a critical reformulation”, in M. J. Storper e A. J. Scott (eds.), *Pathways to regionalism and industrial development*, Ed. Routledge, Londres, p. 43-65.

19. Ver *Classes in contemporary capitalism*, p. 58-59.

processo seria presumivelmente suscitado pela tendência à queda da taxa de lucro, bem como à ação capitalista de busca de lucros mais elevados através da contínua exploração indireta em formações dependentes e de crescentes investimentos estrangeiros diretos noutras metrópoles.²⁰ Mais tarde, Poulantzas também argumentará que as ditaduras sul-européias (Grécia, Portugal e Espanha) estavam igualmente submetidas ao investimento direto estrangeiro norte-americano.²¹ Elas estavam, desse modo, crescentemente integradas ao circuito do fordismo atlântico através do seu papel — em ampliação — de “economias fordistas periféricas” (cf. Lipietz). Em geral, a principal contratendência à queda da taxa de lucro foi, de acordo com Poulantzas, a exploração intensificada da força de trabalho — estendendo-se além do processo de trabalho propriamente dito para incluir treinamento, educação, inovação técnica, planejamento urbano e formas de consumo coletivo.²²

Esta fase “corrente” estaria associada à reorganização das relações de classe no seio da burguesia bem como a mudanças nas relações entre capital e trabalho. Acima de tudo, Poulantzas se preocupava em mostrar, tanto teórica quanto empiricamente, que as categorias marxistas tradicionais de burguesia nacional e de burguesia compradora já não são adequadas para apreender as especificidades das relações entre diferentes frações do capital na fase corrente do imperialismo. Como é usual em Poulantzas, a determinação estrutural da posição de classe se referia não apenas às relações econômicas como também ao lugar da classe nas estruturas ideológicas e políticas.²³ Desse modo, enquanto as burguesias compradoras carecem de uma base doméstica autônoma para a acumulação e portanto se subordinam triplamente (econômica, política e ideologicamente) ao capital estrangeiro, as burguesias nacionais se envolvem em contradições econômicas com o capital imperialista estrangeiro e ocupam um lugar relativamente autônomo dentro da estrutura ideológica e política (o que facilita alianças com as massas populares).²⁴ Poulantzas estava particularmente interessado no modo pelo qual a fase corrente do imperialismo minava a posição da burguesia nacional: esta vai sendo dissolvida em proveito da burguesia interior (ou doméstica). Tal burguesia não é, nem uma classe simplesmente compradora (já que ela dispõe de bases próprias de acumulação no país e no exterior), nem uma burguesia

20. Ver *Classes in contemporary capitalism*, p. 62-63 e 62 n.

21. Ver N. Poulantzas, *A crise das ditaduras*, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978, 2ª edição.

22. Ver N. Poulantzas, *As classes sociais no capitalismo de hoje, A crise das ditaduras e O Estado, o poder, o socialismo*.

23. Ver N. Poulantzas, *Classes in contemporary capitalism*, p. 71.

24. Cf. *Classes in contemporary capitalism*, p. 71.

nacional (já que ela está multiplamente inserida na divisão internacional do trabalho social e na concentração/centralização internacionais de capital sob a dominação norte-americana, e tende portanto a perder, mais que a conservar, a sua autonomia política e ideológica diante do capital americano).²⁵ A despeito disso, existem ainda contradições significativas entre a burguesia interior e o capital norte-americano; e tais contradições se refletem, por sua vez, nas relações entre os Estados europeus e o Estado norte-americano.²⁶

Um efeito disto tudo consiste no fato de que os blocos no poder (isto é, alianças de classe ou de frações de classe, vigentes no longo prazo e estruturalmente consolidadas) já não estão, como quer Poulantzas, puramente localizados no nível nacional. Complementarmente a uma suposta agudização das contradições internas dos blocos no poder nacionais, as burguesias européias têm sido crescentemente polarizadas em termos das suas relações estruturais e conjunturais com o capital imperialista dos Estados Unidos. Conseqüentemente, as contradições inter-imperialistas se reproduzem dentro de cada bloco no poder “nacional”, de cada Estado nacional, de cada formação social mais ampla da Europa.²⁷ Ao mesmo tempo, cada Estado imperialista procura agora dirigir o processo de internacionalização que envolve as metrópoles imperialistas. Os Estados imperialistas “precisam cuidar não apenas dos interesses das suas burguesias domésticas, mas também dos interesses do capital imperialista dominante (leia-se: norte-americano) bem como dos interesses dos demais capitais imperialistas, na medida em que estes se articulam no processo de internacionalização”.²⁸ Isto não significa, entretanto, que capitais “forâneos” participam diretamente, como forças autônomas, em blocos no poder: eles são, antes, representados por certas frações da burguesia interior dentro do bloco no poder, e também têm acesso, através de vários canais, ao aparelho de Estado.²⁹

A internacionalização e o Estado nacional

Embora os termos do debate travado nos anos 70 fossem diferentes daqueles que prevalecem hoje, Poulantzas deu importantes contribuições à análise do futuro do Estado nacional numa era de crescente

25. Cf. *Classes in contemporary capitalism*, p. 72.

26. Ver *Classes in contemporary capitalism*, p. 72.

27. Cf. *Classes in contemporary capitalism*, p. 171.

28. Cf. *Classes in contemporary capitalism*, p. 75.

29. Ver *Classes in contemporary capitalism*, p. 75.

internacionalização do capital. Acima de tudo, ele insistiu na continuidade da importância do Estado nacional, a despeito dessa crescente internacionalização (e, na verdade, exatamente por causa dela). Nessa perspectiva, ele argumentou que o Estado nacional nem definhará em proveito de algum “super-Estado” pairando acima dos Estados nacionais, nem declinará em proveito de um mundo sem fronteira e sem Estado, organizado por empresas multinacionais. A sua crítica do “super-Estado” visava diretamente os prognósticos de um “Estado mundial”, organizado sob a dominação norte-americana, mais que a expectativa da emergência de um super-Estado europeu. Mas as seis críticas (detalhadas a seguir) que ele fez à possibilidade de um tal “Estado mundial” poderiam parecer aplicáveis à tese de um super-Estado europeu. Com efeito, Poulantzas contestou firmemente que cada passo dado pelo capital no sentido da internacionalização induziria automaticamente uma “supranacionalização” paralela dos Estados.³⁰ A proposição desse paralelismo revelaria um economicismo inaceitável, consistente em desconsiderar as mediações políticas cruciais do processo de internacionalização bem como a sobredeterminação política das funções tecnoeconômicas do Estado.³¹ Argumentos similares informam a rejeição de Poulantzas ao que foi posteriormente qualificado como um “mundo sem fronteira”.³² Ele afirmou que “cada processo de internacionalização se realiza sob a dominância do capital de um país determinado,³³ na medida em que os Estados nacionais continuam a desempenhar um papel central na reprodução ampliada das suas burguesias”.³⁴ Ao criticar esses dois erros complementares (e ainda bastante difundidos), Poulantzas certamente

30. Cf. *Classes in contemporary capitalism*, p. 78.

31. Ver *As classes sociais no capitalismo de hoje e O Estado, o poder, o socialismo*.

32. Ver, por exemplo, Kenichi Ohmae, *The borderless world; power and strategy in the interlinked economy. Management lessons in the new logic of the global marketplace*, Harper Collins, Nova York, 1990.

33. Ver Poulantzas, *As classes sociais no capitalismo de hoje, Political power and social classes e “L’internationalisation des rapports capitalistes et l’État-nation”*. Mas Poulantzas também observou que “o capital que sobrevoa os seus limites nacionais certamente pode recorrer aos Estados nacionais, não apenas ao seu próprio Estado de origem, mas também a outros Estados. Isso provoca uma distribuição complexa do papel do Estado na reprodução internacional do capital sob a dominação do capital norte-americano, que pode levar ao descentramento e ao deslocamento do exercício das funções do Estado por entre os seus suportes, que continuam sendo os Estados nacionais. Conforme a conjuntura, um ou outro Estado nacional metropolitano pode assumir a responsabilidade por esta ou aquela intervenção internacional no processo de reprodução, bem como pela manutenção do sistema como um todo.” (Cf. N. Poulantzas, *Classes in contemporary capitalism*, p. 82-83. Tradução para o português da citação feita por Jessop).

34. Ver *State, power, socialism*, já citado, p. 117. Em adição aos argumentos empíricos apresentados pelo próprio Poulantzas sobre este ponto nos anos 60 e no início dos anos 70 (ver *As classes sociais no capitalismo de hoje*), poder-se-ia também citar a mais recente evidência proposta por Hirst e Thompson (cf. Paul Q. Hirst e G. Thompson, *Globalisation in question: the myths of the*

não estava tentando sugerir que nada havia mudado em função da internacionalização. Ao contrário: ele argumentava que grandes modificações haviam ocorrido na forma e nas funções do Estado nacional.³⁵ Tais mudanças questionavam o conceito legal de soberania nacional; e também se ligavam a rupturas na unidade dos Estados nacionais, levando ao renascimento dos nacionalismos e à fragmentação institucional.³⁶

Era neste contexto que Poulantzas argumentava:

A internacionalização corrente do capital nem suprime nem passa ao lado dos Estados-nação, seja na direção de uma integração pacífica de capitais 'acima' do nível estatal (na medida em que cada processo de internacionalização se realiza sob a dominância do capital de um país determinado), seja na direção da sua extinção pelo super-Estado norte-americano, como se o capital norte-americano pura e simplesmente dirigisse as demais burguesias imperialistas. Esta internacionalização, por outro lado, afeta profundamente as formas políticas e institucionais desses Estados, ao incluí-los num sistema de interconexões que não se reduz ao jogo de pressões externas e recíprocas entre Estados e capitais justapostos.³⁷

De um modo geral, Poulantzas parece rejeitar a tese de um Estado supranacional com base em seis argumentos:

1º) A internacionalização não mais se limita fundamentalmente a relações externas entre economias e Estados nacionais autocentrados; relações essas que poderiam talvez ser coordenadas de fora e acima dos Estados individuais, à moda de um Estado guarda-noturno.³⁸ Ela também envolve a endogenização (ou internacionalização) das relações contraditórias que se travam entre diferentes capitais metropolitanos, bem como a reprodução induzida da dominância do capital norte-americano.³⁹ Os argumentos a favor de um super-Estado implicam que a agora

international economy and the possibilities of governance, Polity, Cambridge, 1995) contra a tese da globalização e a favor da ênfase sobre a continuidade da importância das bases "nacionais" da internacionalização.

35. Ver *Classes in contemporary capitalism*, p. 84; e *State, power, socialism*, passim.

36. Cf. *Classes in contemporary capitalism*, p. 70 e 80.

37. Cf. *Classes in contemporary capitalism*, p. 73.

38. Este argumento faz sentido quando se supõe que uma economia nacional autocentrada é aquela em que a organização dos setores decisivos da produção (enquanto momento em última instância determinante no circuito do capital) é controlada por uma burguesia nacional e propicia, além do mais, a base para uma estratégia de acumulação nacional coerente. Neste contexto, as relações externas podem ser entendidas: como relações comerciais e financeiras que deixam amplamente intocado o núcleo produtivo da economia nacional; e como relações diplomáticas, de segurança e militares.

39. Ver *Classes in contemporary capitalism*, p. 73.

dominante função econômica do Estado capitalista poderia se dissociar amplamente da sua relação com a manutenção da dominação política de classe e da coesão social nos Estados nacionais, bem como ser transferida enquanto tal a algum aparato supra-ordenado. O que se pode encontrar, no máximo, é uma delegação parcial e condicional dessas funções, destinada a implementar a “coordenação” da política econômica dos diferentes Estados; constituindo tal delegação a parte das novas responsabilidades de cada Estado nacional na condução do processo de internacionalização.⁴⁰

2º) Os Estados nacionais desempenham um papel importante no posicionamento competitivo dos seus respectivos espaços econômicos diante dos capitais forâneos (inclusive atraindo investimento estrangeiro direto e assegurando outras vantagens da penetração estrangeira); e também promovem a concentração e a expansão internacional do capital indígena que compete com tais capitais. Esta tarefa não poderia ser delegada a um Estado supranacional, já que ela joga diferentes blocos no poder e Estados nacionais uns contra os outros.⁴¹

3º) Como contradições interimperialistas subsistem em muitos outros pontos,⁴² os Estados nacionais continuarão a apoiar as suas próprias burguesias com base nacional (interior, nacional, compradora);⁴³ com efeito, a “nação moderna continua a ser, para a burguesia, o ponto focal de sua própria reprodução”.⁴⁴ Junto com os dois pontos precedentes, isto parece significar que os regimes ou instituições supranacionais só serão apoiados pelos Estados nacionais na medida em que eles forem coerentes com os interesses nacionais (já modificados pelo processo de internacionalização).

4º) O Estado (nacional) jamais é um mero instrumento das classes dominantes (caso em que, conforme sugere Poulantzas, certas funções poderiam de fato ser transferidas passo a passo para um aparato supranacional, a cada estágio sucessivo da internacionalização); ele é atravessado por vários antagonismos e lutas de classe. Desse modo, o Estado nacional permanece responsável pela manutenção da coesão social numa formação nacional cindida em classes que agora se submete

40. Ver *Classes in contemporary capitalism*, p. 81-82.

41. Ver *Classes in contemporary capitalism*, p. 73.

42. Poulantzas nota entretanto que “esses antagonismos não constituem no momento a principal contradição interna às classes dominantes imperialistas”. *Classes In contemporary capitalism*, p. 74.

43. Cf. *Classes in contemporary capitalism*, p. 74.

44. Cf. *State, power, socialism*, p. 117.

crescentemente ao desenvolvimento desigual decorrente de sua inserção na cadeia imperialista.⁴⁵

5º) Na verdade, cada Estado nacional corresponde a uma correlação nacional das forças de classe característica e com trajetória própria; possui especificidades nos planos institucional e organizacional; e produz o seu próprio impacto estrategicamente seletivo sobre as “formas nacionais” da luta de classes. Isto indica, por sua vez, que, na medida em que a política supranacional já é sempre política intergovernamental, ela deveria refletir as especificidades nacionais.

6º) Finalmente, em cada Estado nacional existem “categorias sociais” (isto é, um grupo de pessoas talvez dividido pelo seu lugar nas relações de classe, mas unificado pela sua função comum) alocadas nos aparelhos de Estado (por exemplo, servidores civis, polícia, pessoal militar, profissionais, intelectuais) que, enquanto tais, investem na sobrevivência desse Estado. Isso significa que tais categorias resistiriam à perda das diversas capacidades, prerrogativas e poderes que possuem.⁴⁶

Dado que Poulantzas rejeita a idéia de um Estado supranacional bem como de um mundo sem fronteira e sem Estado, dominado pelas empresas multinacionais, como ele encarou o então “corrente” papel dos Estados nacionais? A sua explicação se insere cuidadosamente dentro de sua abordagem mais geral da forma e das funções do tipo capitalista de Estado. Há três argumentos cruciais, relevantes para este tema. Em primeiro lugar, uma forma característica de separação institucional com relação à economia distingue o tipo capitalista de Estado; e essa separação limita a capacidade de o Estado intervir efetivamente no centro do processo de produção. Em segundo lugar, ainda que esta materialidade institucional do Estado facilite o seu papel de organizador político das classes dominantes e de desorganizador político das classes subordinadas, ela jamais pode conter e domesticar completamente a luta de classes. E, em terceiro lugar, as três funções particulares do Estado (isto é, tecnoeconômica, estritamente política e ideológica)⁴⁷ são sempre desempenhadas à luz das suas implicações e repercussões mais amplas na função política geral (ou “global”) de manutenção da coesão social numa formação social cindida em classes.⁴⁸ De acordo com Poulantzas,

45. Ver *Classes in contemporary capitalism*, p. 78.

46. Cf. *Classes in contemporary capitalism*, p. 78-79.

47. As funções estritamente políticas do Estado capitalista dizem respeito às atividades estatais asseguradoras de sua própria reprodução material e simbólica e de sua integração institucional enquanto um conjunto de diversos ramos ou aparelhos situados em diferentes escalas territoriais

48. Ver “L’internationalisation des rapports capitalistes et l’État-nation”, *passim*; *State, power, socialism*, p. 160 e 191-192. As intervenções econômicas do Estado a favor do capital monopolista

as formas cambiantes da internacionalização produziram importantes efeitos em cada um desses três terrenos.

Desse modo, em primeiro lugar, as formas da internacionalização associadas com a “corrente” fase do imperialismo transformaram as formas da separação do Estado e da economia, redefinindo os seus espaços sociais respectivos e a sua articulação estrutural. O capitalismo competitivo presumivelmente envolvia uma distinção entre a intervenção do Estado na reprodução ampliada das condições gerais de produção e as suas intervenções econômicas diretas.⁴⁹ Entretanto, no capitalismo monopolista (ou imperialismo), as diversas condições políticas e ideológicas da produção vieram a pertencer diretamente à valorização e à reprodução ampliada do capital.⁵⁰ Isso se reflete numa politização característica de antigos domínios (ainda formalmente) extra-econômicos e no crescente envolvimento do Estado na promoção da valorização e da reprodução ampliada.⁵¹ No capitalismo competitivo, as funções estritamente econômicas do Estado estavam subordinadas às suas funções repressivas e ideológicas mais gerais, e se adaptavam facilmente às exigências cambiantes da acumulação. Porém, no capitalismo monopolista, as funções políticas e ideológicas do Estado adquiriram, elas próprias, um significado econômico direto para a reprodução das relações de produção. Assim, tornou-se crescentemente difícil para o Estado conciliar suas respostas a imperativos econômicos cada vez mais insistentes com as demandas mais gerais de manutenção da dominação política de classe e da coesão social.⁵²

Em segundo lugar, as novas formas de internacionalização transformaram a correlação das forças de classe, especialmente através da emergência de uma burguesia interior que é, ela própria, dividida internamente de acordo com a sua inserção diferencial na cadeia imperialista. Isto significa que os Estados nacionais agora não apenas assumem a responsabilidade pelos seus próprios capitais com base nacional (comprador, nacional ou interior) como

não são simplesmente intervenções “técnicas” derivadas dos requisitos da “produção monopolista”; como qualquer intervenção econômica do Estado, elas são intervenções políticas. Nas suas formas e modalidades específicas, elas geralmente levam em conta o capital não-monopolista e a necessidade de coesão do bloco no poder. Desse modo, o capital não-monopolista encontra expressão em certos *efeitos pertinentes* que se produzem dentro da própria estrutura da “política econômica” monopolista do Estado. Cf. *State, power, socialism*, p. 160.

49. Cf. *Classes in contemporary capitalism*, p. 167-168.

50. Cf. *Classes in contemporary capitalism*, p. 101 e 168.

51. Cf. *Classes in contemporary capitalism*, p. 101.

52. Ver *As classes sociais no capitalismo de hoje*, bem como *State, power, socialism*, p. 178.

53. Cf. *Classes in contemporary capitalism*, p. 74-75.

também servem os interesses de outros capitais, aos quais estes estão filiados de um modo ou de outro. Isto provoca a desarticulação e a heterogeneidade do bloco no poder e, de acordo com Poulantzas, “explica a fraca resistência que os Estados europeus opuseram, aos trancos e barrancos, ao capital norte-americano”.⁵³

E, em terceiro lugar, essas formas de internacionalização envolveram uma subordinação mais cerrada das três funções particulares do Estado à mobilização de contratendências suscetíveis de contrapesar a tendência à queda da taxa de lucro.⁵⁴ Isto torna mais difícil o desempenho da função estatal geral de manutenção da coesão social, politiza as suas funções econômicas de tal modo que o Estado não pode continuar a se apresentar eficazmente como um árbitro neutro colocado acima das classes sociais, e intensifica genéricas crises-tendências no Estado capitalista que produzem uma crise permanente de instabilidade política e um declínio de legitimidade.⁵⁵

A ideologia da globalização

Nesta última parte sobre os argumentos do próprio Poulantzas, quero analisar sua resposta à idéia de globalização. Ele criticou o termo ideológico “globalização” (bem antes de ele ter chegado à sua atual popularidade) com base no argumento de que ele trata o capitalismo contemporâneo como se houvesse um único “modo de produção capitalista mundial”. Esse tratamento suscita a abordagem das formações sociais como se elas fossem meras concretizações espaciais do “modo de produção capitalista mundial”, as diferenças existentes entre elas sendo encaradas como insignificantes ou como expressões de um desenvolvimento desigual de caráter temporário. Contra essa abordagem, Poulantzas argumentou que a “ideologia da globalização” (sic) tende a ocultar a existência da cadeia imperialista,⁵⁶ e afirmou que “o desenvolvimento desigual (...) é a forma constitutiva da reprodução do MPC (modo de produção capitalista)”.⁵⁷

Essa crítica geral se reflete, por sua vez, em três linhas particulares de argumentação, que poderia ser redirecionadas contra os mitos

54. “Agora, dado que o atual papel do Estado na economia altera o espaço político como um todo, as funções econômicas ocupam o *lugar dominante* dentro do Estado (...) a totalidade dos campos socioeconômicos está subordinada ao processo de acumulação de capital”. (Cf. *State, power, socialism*, p. 168-169).

55. Cf. *State, power, socialism*, p. 213 e 244-245).

56. Cf. *Classes in contemporary capitalism*, p. 50.

57. Cf. *Classes in contemporary capitalism*, p. 49, cf. 78.

correntes da globalização. A primeira linha diz respeito ao suposto declínio do poder dos Estados-nação, diante da globalização ou do mercado mundial. Esta é uma área em que a assertiva, injustamente criticada (e já apresentada em *Poder político e classes sociais*), de Poulantzas segundo a qual o Estado não tem poder próprio é incisivamente eficaz. Poulantzas propôs que o poder de Estado está necessariamente ligado ao poder de classe através de pelo menos dois mecanismos cruciais. A marca de classe está sempre inscrita na própria forma institucional do Estado, bem como no seu modo de inserção no modo capitalista de produção. E os seus poderes (no plural) jamais são exercidos (ou, por obra do “processo não-decisório”, não exercidos), isoladamente, pelos dirigentes estatais. Tais poderes são sempre acionados numa conjuntura determinada, porém variável, das lutas de classe que se desenrolam dentro, acima ou à distância do Estado. E essas lutas inevitavelmente afetam o modo pelo qual as funções particular e global do Estado são exercidas. Segue-se que, se dentro dos limites estabelecidos pela sua separação do núcleo do processo de produção o Estado parece destituído de poder diante desta ou daquela classe (fração), tal se deve às contradições de classe que se reproduzem dentro do próprio aparelho de Estado. Assim, para Poulantzas, a inabilidade dos Estados nacionais em controlar os mercados mundiais teria muito menos a ver com qualquer suposta “ingovernabilidade” intrínseca do desenvolvimento capital global que com as reais contradições de classe internas aos blocos no poder nacionais, no que estes são crescentemente modelados pelo próprio processo de internacionalização. Se investigamos, por exemplo, por que nenhum acordo se estabeleceu para a imposição da “taxa Tobin”, com vistas a reduzir o fluxo especulativo de “dinheiro quente” (*hot money*) por todo o globo às expensas de condições estáveis para a produção, encontraremos seguramente a causa disso nas contradições internas do próprio capital, mais que na mera incapacidade de os Estados controlarem o capital financeiro.

A segunda linha de argumentação diz respeito à relativa autonomia (para nos apropriarmos de uma expressão sua) da nação. Poulantzas argumenta que as formações sociais nacionais ainda são importantes porque elas permanecem “os locais básicos da reprodução e do desenvolvimento desigual (...), na medida em que nem a nação nem a relação entre o Estado e a nação podem ser reduzidas a simples relações econômicas. A nação, na complexidade plena de sua determinação — uma unidade que é ao mesmo tempo econômica, territorial, lingüística, bem como de ideologia e de simbolismo ligados à “tradição” — mantém a sua identidade específica na medida em que estejam presentes “formas nacionais” da luta de classes; desse

modo, preserva-se a relação entre Estado e nação”.⁵⁸ Ainda que exista um claro risco de reducionismo de classe em certos aspectos da argumentação de Poulantzas sobre a nação, é entretanto positivo levar em conta a extensão em que o nacionalismo permanece como um ponto focal das lutas econômicas, políticas e ideológicas. Como o próprio Poulantzas notou, isso não apenas afeta a posição do Estado nacional diante da internacionalização bem como de qualquer “super-Estado” potencial, mas também define as formas da resistência popular à internacionalização e ao crescimento da tendência ao estatismo autoritário.

A terceira linha de argumentação se refere àquelas análises das economias “fortes” e “fracas”, que “colocam a questão das contradições interimperialistas em termos da ‘competitividade’ e da efetiva ‘competição’ entre ‘economias nacionais’”.⁵⁹ Embora Poulantzas tivesse criticado esse discurso em termos amplamente macroeconômicos (por exemplo, taxas de crescimento), mais que na sua relação com as medidas sobretudo orientadas para a questão da oferta, que agora estão em voga, a sua crítica à tendência “futuroológica” à extrapolação a partir de tendências de curto prazo e à desconsideração dos efeitos da luta de classe continua válida. Ele sugeriu que o problema real era menos o de toda uma série de crises particulares de competitividade nacional que o de uma crise geral do imperialismo (expressamente sob a hegemonia dos Estados Unidos).⁶⁰ Essa crise do imperialismo como um todo não se restringe a uma crise da hegemonia norte-americana sobre um sistema noutros aspectos estável; e, portanto, não pode ser reduzida a uma crise do capital norte-americano. Se fosse assim, outros capitais nacionais poderiam se sentir encorajados a liderar lutas populares contra o imperialismo dos Estados Unidos a fim de defender os seus próprios interesses no conflito interimperialista. De acordo com Poulantzas, entretanto, a principal contradição na Europa não é uma contradição entre economias nacionais específicas e a dominação norte-americana; ela envolve antes as massas populares e as suas próprias burguesias bem como os seus próprios Estados.⁶¹ Este argumento evoca de modo interessante a atual ênfase sobre a “competitividade internacional” e a sua disposição para justificar a anulação de concessões econômicas e sociais progressas às classes dominadas.

58. Cf. *Classes in contemporary capitalism*, p. 79.

59. Cf. *Classes in contemporary capitalism*, p. 86-87.

60. Ver *Classes in contemporary capitalism*, p. 87.

61. Cf. *Classes in contemporary capitalism*, p. 86-88 e 155.

Alguns comentários críticos

Pode-se criticar os pontos de vista de Poulantzas sobre a internacionalização e o Estado nacional em pelo menos três aspectos principais: a) a adequação de sua abordagem geral à crítica da economia política; b) a justeza de sua análise geral da relação entre poder político e classes sociais no capitalismo contemporâneo; c) a correção de sua caracterização específica da fase “presente” do imperialismo, bem como das suas implicações para o Estado nacional na Europa.

No que diz respeito à crítica da economia política, Poulantzas argumentou, a meu ver corretamente, a favor da primazia do processo capitalista de produção na determinação da dinâmica global do capitalismo. Ele levou em conta a problemática valorização do capital e a relacionou com a reprodução ampliada das classes sociais. Neste contexto, ele enfatizou a necessidade de ligar a análise das “necessidades” do capital à natureza das relações de classe e das lutas de classe (uma lição tão válida hoje quanto em qualquer época). Portanto, as mudanças na intervenção estatal na economia seriam sempre mediadas pela correlação das forças de classe e por problemas ligados à manutenção da dominação política de classe. Poulantzas fez igualmente importantes observações teóricas sobre a cambiante separação do econômico e do político; e sobre a complexidade da “presença-ação” do Estado no econômico. E ele enfatizou a importância da forma-nação e dos Estados nacionais para o processo de acumulação, dado que a extensão das relações capitalistas numa escala mundial assumiu necessariamente a forma do desenvolvimento desigual da internacionalização (ou transnacionalização) do capital. Na prática, entretanto, dedicou pouca atenção ao próprio processo de trabalho, focalizando alternativamente a relação variável entre os poderes da propriedade econômica e da posse dentro e através de diferentes unidades de produção e centros de decisão econômica. Do mesmo modo, a despeito de sua crítica à concepção estreita da economia ou das relações de classe, Poulantzas permaneceu apegado a formas residuais de economicismo e de reducionismo de classe.⁶²

No que diz respeito ao poder político e às classes sociais, Poulantzas corretamente encarou o Estado como uma relação social, como uma condensação com forma determinada de uma correlação mutável das forças de classe. Isso significa que o Estado não tem o seu próprio poder independente que possa tanto se fundir com o poder do capital (no “capitalismo monopolista de Estado” ou na “tecnoestrutura” à moda de

62. Ver Bob Jessop, *Nicos Poulantzas: Marxist theory and political strategy*, Ed. Macmillan, Londres, 1985, para mais detalhes.

Galbraith)⁶³ quanto ser eliminado por obra do crescente contrapoder do capital global.⁶⁴ Esta abordagem permitiu uma nova e interessante caracterização tanto da unidade relativa do(s) aparelho(s) de Estado quanto dos limites básicos de sua capacidade de funcionar de um modo racional, coerente e sistemático em benefício do bloco no poder. Tal caracterização é especialmente útil, como notamos acima, quando se examina as atividades estatais na sua relação com a internacionalização bem como a sua suposta perda de soberania por obra da globalização. Contudo, ao discutir a autonomia relativa do tipo capitalista de Estado, Poulantzas se inclinou para um enfoque funcionalista, limitando-a às tarefas gêmeas de organizar a(s) classe(s) dominante(s) e de desorganizar as classes subordinadas, e derivando o poder efetivo do Estado da correlação mutável das forças políticas de classe. Ele também tendeu a ignorar outros aspectos do Estado que não aqueles atribuíveis ao capitalismo, bem como a subestimar o significado de outras forças sociais que não as forças de classe.⁶⁵

No que concerne à fase “presente” do imperialismo, a análise empírica de Poulantzas foi amplamente moldada pelos desenvolvimentos e conflitos contemporâneos, internos ao fordismo atlântico. Ele queria apontar a primazia, dentro da Europa, da divisão interimperialista entre o capital norte-americano e os demais capitais, e mostrar como a hegemonia do capital norte-americano estava sendo reproduzida dentro de cada economia nacional, bloco no poder e Estado na Europa. Embora eu não conteste a continuidade da dominação do capital e do Estado norte-americanos num mundo supostamente “triádico”, vale a pena notar que os capitais europeus e leste-asiáticos continuaram a competir com o capital norte-americano. Além do mais, as contradições e conflitos internos aos blocos no poder nacionais da Europa refletem agora laços estruturais e conjunturais com o Leste Asiático bem como com os capitais norte-americanos e com os demais capitais europeus. As formas através das quais a relativa superação da defasagem entre poder econômico e posse está sendo realizada são

63. A noção de “tecnoestrutura”, proposta por Galbraith, era análoga ao conceito, proposto na teoria do capitalismo monopolista de Estado, da fusão do Estado e dos monopólios num instrumento único de exploração econômica e de dominação política. Cf. John Kenneth Galbraith, *O novo Estado industrial*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979, 2ª edição.

64. Ver *State, power, socialism*, p. 160.

65. Ver, por exemplo, *Classes in contemporary capitalism*, p. 98. Assim, “a autonomia relativa do Estado está inscrita na própria estrutura do Estado capitalista através da relativa ‘separação’ do político e do econômico que é específica do capitalismo; ela não é de modo algum uma função do Estado ou da ‘instância política’ enquanto tal, derivando antes da separação/desposseção dos produtores diretos com relação aos seus meios de produção que caracteriza o capitalismo. A esse respeito, essa autonomia relativa é simplesmente a condição necessária para o papel do Estado capitalista na representação de classe e na organização política da hegemonia”.

mais complexas, mais flexíveis, mais assemelhadas a uma rede e mais internacionais que aquelas antecipadas por Poulantzas durante a crise emergente do fordismo atlântico. Em parte, o seu malogro poderia ser relacionado com a sua caracterização desta crise como uma crise duradoura do imperialismo como um todo, mais que como uma crise possivelmente temporária *no* imperialismo, resultante da crise *do* fordismo atlântico como o seu modo primitivo de crescimento.

Mais ainda, na medida em que a dinâmica emergente da acumulação de capital numa escala mundial começou a se deslocar do modo de crescimento atlântico-fordista (bem como de sua extensão através do “fordismo periférico”) para a busca de um regime “pós-fordista” duradouro num sistema triádico, o modo pelo qual o Estado nacional se envolve na condução do processo de internacionalização também se transforma. Isso se relaciona, por sua vez, com uma série de desafios à contínua dominância do Estado nacional tanto como um Estado *nacional* quanto como um *Estado* nacional que conduz esse processo. Quanto ao primeiro ponto, de fato, interessantes questões estão sendo colocadas sobre a relativa primazia, na atualidade, de diferentes escalas de organização econômica e política, colocando desse modo em dúvida a continuidade da dominância do nível nacional. A esse respeito, Poulantzas não antecipou a crescente integração dentro de cada região triádica (América do Norte, Europa e Leste Asiático), mesmo se ele previu corretamente a continuação da importância de sua interdependência sob a hegemonia (ou ao menos a dominância) do capitalismo norte-americano. Quanto ao último ponto, há um interesse crescente na correlação mutável entre governo e governança na organização global da dominação política de classe.

O futuro do Estado nacional: 25 anos mais tarde

Tendo sumarizado e brevemente criticado o esquema poulantziano, passo agora à segunda tarefa deste trabalho: considerar a forma e as funções cambiantes do Estado nacional, na sua relação com a fase mais recente do imperialismo. Assumindo esta tarefa, proponho-me, do mesmo modo que Poulantzas, a tratar a internacionalização (ou globalização) como um processo que envolve o desenvolvimento desigual da cadeia imperialista. Mas também me afastarei do seu enfoque ao dedicar mais atenção ao complexo e emaranhado jogo interativo envolvendo as diversas escalas espaciais em que a acumulação pode acontecer. Em particular, comparativamente ao considerável interesse de Poulantzas pela dimensão nacional e à primazia por ele conferida à divisão entre os Estados Unidos e todos os outros poderes imperialistas, darei mais atenção aos espaços local e regional situados abaixo do nível nacional, aos laços supra-fronteira e inter-regionais no nível subnacional, bem como à emergência dos blocos

supranacionais. Do mesmo modo, ainda que subscrevendo integralmente a assertiva de Poulantzas segundo a qual o Estado é uma relação social, quero explorar, com mais detalhes que Poulantzas, a divisão entre “público” e “privado” na organização e nas operações do Estado assim como as suas implicações para as redes de poder paralelo. Adicionalmente, ainda que por razões diferentes, focalizarei, como fez Poulantzas, as mudanças correntes na organização dos Estados nacionais europeus. Finalmente considerarei, também dentro da linha poulantziana, todos esses tópicos na perspectiva da rearticulação dos espaços econômico e político da acumulação, da transformação do aparelho de Estado e da continuidade do significado do Estado nacional.

A rearticulação do econômico e do político

Nesta seção, abordarei a rearticulação dos espaços econômico e político da acumulação e da reprodução ampliada, referindo-me a mudanças no chamado *welfare State*. Poulantzas já tinha argumentado em *Poder político e classes sociais* que esse era “um termo que de fato meramente disfarça a forma da ‘política social’ de um Estado capitalista no estágio do capitalismo monopolista de Estado”.⁶⁶ Ele afirmou igualmente que o *welfare State* ilustrava um fenômeno mais geral: “o Estado capitalista procede a intervenções maciças, de modo a adaptar e ajustar o sistema à socialização das forças produtivas”.⁶⁷ Mais tarde, Poulantzas enfatizou que o *welfare State* não é inteligível puramente como política social nem simplesmente em termos de concessões à classe trabalhadora e/ou às lutas populares, pois ele desempenha um papel na tarefa geral do Estado de organizar a correlação de forças a favor da reprodução ampliada do capital.⁶⁸

Duas suposições inadequadas, subjacentes a essas assertivas gerais acerca da natureza da política social no capitalismo contemporâneo, eram a continuidade da dominância do “fordismo atlântico” e a existência do *welfare State* keynesiano nacional. A caracterização poulantziana da “corrente” fase do imperialismo estava marcada pela consideração desses fenômenos intimamente relacionados. Aqui, quero sugerir que a crise do fordismo atlântico e a busca contínua de um regime de acumulação “pós-fordista” duradouro estiveram associados à crise do *welfare State* (como Poulantzas o encarava) e à emergência tendencial de um novo regime de *welfare*. Beneficiando-nos de um ângulo de observação que ainda não

66. Ver *Political power and social classes*, p. 193.

67. Ver, na mesma obra, p. 272.

68. Cf. *Classes In contemporary capitalism*, p. 184-185.

estava disponível para Poulantzas, podemos reconhecer que se processou ulteriormente uma rearticulação dos espaços econômico e político da reprodução ampliada do capitalismo. Esta transformação na separação do econômico e do político pode ser resumida em termos de uma transição tendencial de um Estado de-bem-estar (*welfare State*) keynesiano nacional para um emergente regime pró-trabalho schumpeteriano pós-nacional. O significado dessas formas contrastantes para a reprodução ampliada pode ser expresso em termos das suas respectivas funções na valorização do capital e na reprodução da força de trabalho.⁶⁹

Como o próprio Poulantzas notou, durante a consolidação do imperialismo no pós-guerra, os Estados capitalistas metropolitanos buscaram organizar a circulação e o consumo, bem como o ciclo produtivo. Ao agirem dessa forma, perseguiram os objetivos de mobilizar tendências contrárias à tendência à queda da taxa de lucro e de reproduzir a força de trabalho. Ele observou como o Estado intervinha não apenas através da criação de infra-estrutura mas também através da política monetária;⁷⁰ e como a sua intervenção no campo do consumo estava mais relacionada com o consumo coletivo que com o consumo individual.⁷¹ Esses papéis correspondem respectivamente aos aspectos keynesiano e pró-bem-estar do Estado keynesiano de-bem-estar nacional. Podemos ligar essas funções à natureza do fordismo atlântico, como se verá a seguir. Economicamente, o Estado keynesiano de-bem-estar nacional procurava assegurar o pleno emprego em economias nacionais relativamente fechadas através, sobretudo, de medidas no terreno da demanda e da regulamentação da negociação coletiva. Socialmente, esse Estado buscava promover formas de consumo coletivo que dessem apoio a uma dinâmica de crescimento fordista, bem como generalizar padrões de consumo de massa. Tal política capacitaria, por sua vez, todos os cidadãos a partilhar os frutos do crescimento econômico e portanto a contribuir para a demanda efetiva doméstica no quadro da economia nacional.

Um terceiro aspecto crucial do Estado keynesiano de-bem-estar nacional era o fato de ele estar fundamentalmente organizado no e através do Estado nacional. O nível internacional era essencialmente um suporte para os círculos viciosos da acumulação fordista, enquanto que os

69. As observações que se seguem estão apoiadas nos trabalhos de Bob Jessop: "Towards a schumpeterian welfare State? Preliminary remarks on post-fordist political economy", In *Studies in political economy* n. 40, 1993, p. 7-39; "Post-fordism and the State", in Ash Amin (ed.), *Post-fordism*, Ed. Blackwell, Oxford, 1994, p. 251-279; e "Regional economic blocs, cross-border cooperation, and local economic strategies In post-socialism: policies and prospects", in *American Behavioral Scientist* n. 38 (5), 1995, p. 674-715.

70. Cf. *State, power, socialism*, p. 178-179.

71. Cf. *State, power, socialism*, p. 178 -179.

aparelhos local e regional atuavam como correias de transmissão de políticas determinadas no nível nacional. Em particular, enquanto a política macroeconômica era principalmente determinada e implementada no nível nacional, os aparelhos locais assumiam um papel cada vez mais importante na política infra-estrutural e social definida no nível nacional. Nesse sentido, Poulantzas tinha razão ao insistir no papel central do Estado nacional durante a então “corrente” fase do imperialismo. Isto porque esse era precisamente o período de expansão do sistema fordista atlântico sob a hegemonia dos Estados Unidos e da sua crise subsequente (uma crise que o Estado nacional inicialmente esperava resolver através da implementação das suas formas típicas de intervenção. Finalmente, embora o próprio Poulantzas não realçasse explicitamente este aspecto, é importante enfatizar a primazia dos aparelhos estatais formais ou públicos na tarefa de assegurar as condições extra-econômicas do modo fordista atlântico de crescimento. Isto se reflete na concepção de “economia mista”, onde o Estado corrige as deficiências do mercado e introduz elementos de planejamento imperativo e indicativo com vistas a orientar o desenvolvimento global da economia nacional. É este quarto aspecto que justifica o termo “Estado” no conceito de Estado keynesiano de-bem-estar nacional.

- O emergente regime pró-trabalho schumpeteriano pós-nacional envolve atividades estatais bem diferentes das anteriores, bem como um deslocamento nas localizações, escalas e modalidades de sua implementação. Assim, economicamente o regime pró-trabalho schumpeteriano pós-nacional tenta promover a flexibilidade e a permanente inovação em economias abertas através da intervenção no campo da oferta, bem como reforçar o quanto possível a competitividade dos espaços econômicos relevantes. Tal política implica uma redefinição fundamental da “esfera econômica”, na medida em que a competitividade “estrutural” ou “sistêmica” presumivelmente depende não apenas de uma extensa lista de fatores econômicos há muito conhecidos como também de um amplo leque de fatores extra-econômicos. Isto se relaciona com o crescimento de novas tecnologias, baseadas em sistemas de inovação nacionais e regionais mais complexos, com o deslocamento de paradigma (do fordismo, com a sua ênfase no crescimento da produtividade com base em economias de escala, ao pós-fordismo, com a sua ênfase na mobilização de fatores não só econômicos como também sociais de flexibilidade e de difusão de um espírito empresarial) e com tentativas mais gerais de penetrar o nível microssocial no interesse da valorização. Acredita-se amplamente agora que a competitividade depende, muito mais que antes, de formatos institucionais, relações, recursos e valores formalmente extra-econômicos; e esta convicção está levando, por sua vez, ao crescimento da pressão pela subsunção destes fatores à lógica do

capital. Na verdade, esta valorização do extra-econômico é uma dimensão crucial das estratégias correntes de acumulação, orientadas para a chamada competição “forte”, baseada na flexibilidade e na inovação. Poulantzas já o tinha sugerido nas suas notas sobre as formas variáveis da intervenção estatal na economia durante os anos 70.⁷² Desde então, o processo e o ritmo da rearticulação do econômico e do extra-econômico se intensificaram, e as estratégias econômicas se tornaram mais envolvidas com as implicações sociais e culturais da inovação e da competitividade, bem como mais advertidas quanto ao modo de promover a acumulação. É nesse sentido que podemos descrever o novo modo de regulação como tendencialmente schumpeteriano.

- A política social também é afetada por essas mudanças. Embora os efeitos de “conservação-dissolução” sobre as instituições e medidas do antigo Estado keynesiano de-bem-estar social nacional variem conforme a formação nacional (como Poulantzas teria predito), existe uma clara tendência entre os Estados, em todos os níveis, a subordinar a política social às “necessidades”, discursivamente construídas, de competitividade estrutural e de flexibilidade do mercado de trabalho.⁷³ Isto se reflete na crescente importância das políticas “pró-trabalho”, o que não deveria ser entendido em termos puramente neoliberais, já que essa orientação abarca todas as formas de subordinação da política social a supostos imperativos econômicos. Essa reorientação da política estatal está evidente nas novas formas de política para o mercado de trabalho, no treinamento vocacional, na concepção de “aprendizado”, nas políticas de habitação, etc... Adicionalmente, o salário social é cada vez mais encarado como um custo internacional de produção que como uma fonte de demanda doméstica. Tal orientação implica tentativas de reduzir os gastos sociais, quando estes não estão diretamente relacionados ao aumento da flexibilidade e da competitividade dentro dos circuitos do capital. Ela também envolve tentativas de reduzir ou liquidar os direitos sociais que se estabeleceram sob os compromissos de classe do pós-guerra, associados ao fordismo atlântico.

- Tais mudanças têm importantes implicações para o papel dos governos local e regional bem como para os mecanismos de governança, na medida em que as políticas implementadas no terreno da oferta são supostamente manejadas de modo mais efetivo nesses níveis e através de parcerias “público-privado” que no nível nacional, através de técnicas legislativas, burocráticas e administrativas tradicionais. Ao mesmo tempo, a internacionalização contínua do capital norte-americano (inclusive dentro

72. Ver, por exemplo, *State, power, socialism*, p. 167.

73. Ver os três artigos anteriormente citados de Bob Jessop.

e através do Nafta) e a emergência de estratégias imperialistas compensatórias na Europa e no Leste Asiático significam que o nível supranacional ganhou em relevância como local tanto da mobilização de tendências contrárias à queda tendencial da taxa de lucro quanto da construção de alianças estratégicas e da reorganização de blocos no poder. A importância crescente de outras escalas de intervenção e regulação justifica a ênfase no caráter pós-nacional do sistema emergente (como se verá no próximo parágrafo). Finalmente, como consequência tanto da crise na economia mista associada ao Estado keynesiano de-bem-estar nacional (que se relaciona com a reconhecida necessidade de encontrar meios de corrigir o Estado bem como a deficiência do mercado) quanto da crescente importância das condições extra-econômicas da valorização de capital, aumenta o espaço para modalidades de formação e implementação de políticas baseadas em redes informáticas, em parcerias “público-privado”, em auto-regulações controladas, etc. O termo “regime” no regime schumpeteriano pró-trabalho pós-nacional serve para realçar esse deslocamento do par mercado-Estado, associado com a economia mista do fordismo atlântico, para formas mais complexas de governança, associadas com a busca de uma ordem pós-fordista estável.

• As mudanças na política econômica e social relacionadas com o deslocamento do Estado keynesiano de-bem-estar nacional para o regime schumpeteriano pró-trabalho pós-nacional contribuem para minar a primazia do Estado nacional como o local onde funções particulares tecno-econômicas, estritamente políticas e ideológicas são cumpridas no interesse da acumulação de capital. Elas também ampliam os problemas enfrentados pelos Estados nacionais no plano da conciliação entre a pressão crescente em favor de medidas direta e visivelmente favoráveis ao capital e a necessidade de manter a legitimidade política e a coesão global de uma formação social dividida em classes.⁷⁴ Uma resposta a esse dilema é o deslocamento da crise através da realocação de funções em diferentes níveis da organização econômica e política (a dimensão pós-nacional do regime schumpeteriano pró-trabalho pós-nacional)⁷⁵ e/ou em outras modalidades de intervenção (a dimensão de regime própria ao regime schumpeteriano pró-trabalho pós-nacional). Outra resposta consiste no reforço do “estatismo autoritário” e na concentração de poder no centro.⁷⁶ Não obstante, em comparação com o Estado keynesiano de-bem-estar nacional, este último regime parece dar menos apoio direto às afirmações

74. Ver Poulantzas, *As classes sociais no capitalismo de hoje e O Estado, o poder, o socialismo*.

75. Com relação a este ponto, ver igualmente as citações, constantes das notas anteriores, de *As classes sociais no capitalismo de hoje* e de *O Estado, o poder, o socialismo*.

76. Ver N. Poulantzas, *O Estado, o poder, o socialismo*.

de Poulantzas acerca da primazia contínua do Estado nacional no capitalismo contemporâneo. Nas duas próximas seções, apuraremos se a sua tese pode ser resgatada por outras vias.

A transformação do Estado

Nesta seção, apresento três proposições interrelacionadas sobre tendências emergentes na organização do Estado à luz da rearticulação dos espaços econômico e político de valorização e da reprodução ampliada.⁷⁷ Ao apresentar essas tendências, não quero depreciar a inspirada análise de Poulantzas sobre o crescimento do estatismo autoritário, pois esta parece mais relevante que nunca para a compreensão da transformação do Estado nacional nos espaços econômicos e políticos antes dominados pelo fordismo atlântico.⁷⁸ Meu objetivo é simplesmente o de realçar certas mudanças interrelacionadas que trazem maior complexidade à sua visão do estatismo autoritário e qualificam a sua assertiva implícita de que o Estado nacional, tal qual ele se configurou no pós-guerra, tornou-se um aspecto permanente do capitalismo. Ao mesmo tempo, quero submeter os meus próprios argumentos anteriores a uma crítica poulantziana, apontando as suas limitações a partir da perspectiva poulantziana de análise da dinâmica da internacionalização e do Estado nacional.

Em primeiro lugar, há uma tendência geral à *desnacionalização do Estado* (ou melhor, da condição estatal). Essa tendência estrutural está empiricamente refletida no “esvaziamento” do aparelho de Estado nacional, as velhas e novas capacidades estatais se reorganizando territorialmente e funcionalmente nos níveis subnacional, nacional, supranacional e translocal.⁷⁹ Há um movimento contínuo do poder de Estado para cima, para baixo e para os lados, na medida em que os dirigentes estatais de diferentes escalas territoriais se empenham em ampliar as suas respectivas autonomias operacionais e capacidades estratégicas. Um aspecto desse movimento é a perda da soberania *de jure* dos Estados nacionais em certos aspectos, à medida que os poderes de elaboração de normas e/ou decisões são transferidos para corpos supranacionais e as decisões destes vinculam

77. Para um tratamento mais detalhado e nuançado, ver Bob Jessop, “Die Zukunft des Nationalstaats: Erosion oder Reorganisation? Grundsätzliche Überlegungen zu Westereuropa”, in Steffen Becker, Thomas Sablowski e Wilhelm Schumm (eds.), *Jenseits der Nationalökonomie? Weltwirtschaft und Nationalstaat zwischen Globalisierung und Regionalisierung*, Berlin, Das Argument, 1997, p. 50-95.

78. Ver *O Estado, o poder, o socialismo*.

79. “Num momento em que o papel do Estado é mais crucial que nunca, o Estado parece afetado por uma crise de representatividade nos seus vários aparelhos (inclusive os partidos políticos), no que diz respeito às suas relações com as frações atuais do bloco no poder: esta é uma das razões que explicam as controvérsias sobre o ‘controle estatal’, a ‘regionalização’ e a ‘descentralização’, pelo menos na forma por elas assumida no seio da própria burguesia”. (Cf. N. Poulantzas, *State, power, socialism*, p. 171).

os Estados nacionais. Esta tendência é mais aparente na União Européia, mas também afeta o Nafta e outros blocos regionais intergovernamentais. Outro aspecto deste movimento é a devolução da autoridade a níveis subordinados de organização territorial, bem como o desenvolvimento de processos decisórios ao mesmo tempo transnacionais e interlocais.

Esta tendência certamente não deveria ser confundida com a ascensão de um “Estado global”, pelo menos se o conceito de Estado conserva o seu significado central de territorialização de uma autoridade política centralizada. Um tal “Estado global” se tornaria o equivalente de um único “Estado mundial”. O próprio Poulantzas forneceu razões profundas para a rejeição desta interpretação. A estas, poderíamos agregar que, mesmo se um Estado mundial estivesse para ser estabelecido, ele se sujeitaria inevitavelmente à tensão entre a sua pretensão jurídico-política à unicidade (soberania) e a crua realidade da pluralidade (competição particularista entre os outros Estados com vistas a exercerem influência nos seus conselhos). É por esta razão que a política interestatal numa escala global está frequentemente marcada pela hegemonia internacional de um Estado nacional que busca desenvolver uma estratégia política hegemônica para o sistema global, estando essa hegemonia apoiada, é claro, em várias formas de coerção bem como numa articulação complexa de poderes governamentais e outras formas de governança. Isto foi evidenciado no período do pós-guerra, obviamente, pela contínua hegemonia dos Estados Unidos dentro do sistema interestatal. Porém, há mais, nesta tendência à desnacionalização, que mudanças no nível supranacional. Estamos testemunhando uma complexa reconstituição e rearticulação de várias escalas da organização territorial do poder dentro do sistema político global. Assim, a desnacionalização envolve mais que a delegação de poderes a corpos supranacionais e o ressurgimento de um “super-Estado norte-americano revigorado e relativamente incontestado, munido de capacidades revitalizadas para projetar o seu poder em escala global. Ela implica também a delegação de autoridade a níveis subordinados de organização territorial e/ou o desenvolvimento dos regimes decisórios chamados “intermésticos”⁸⁰ (ou interlocais porém transnacionalizados).

Em segundo lugar, há uma tendência à *desestatização do sistema político*. Isto se reflete num deslocamento do governo para a governança e, várias escalas territoriais através de vários domínios funcionais. Há um movimento, a partir do papel central do aparelho de Estado oficial em assegurar projetos econômicos e sociais patrocinados pelo Estado bem

80. “Interméstico” é um termo cunhado por Duchacek para se referir à área, em processo de expansão, das conexões internacionais entre autoridades locais. A esse respeito, ver I. D. Duchacek, D. Latouche e G. Stevenson (eds.), *Perforated sovereignties and international relations: trans-sovereign contacts of subnational governments*, Greenwood Press, Nova York, 1988.

como a hegemonia política, na direção do favorecimento a parcerias entre organizações governamentais, paragovernamentais e não-governamentais, nas quais o aparelho de Estado é freqüentemente apenas o primeiro entre os pares. Essa política requer a arte complexa de nortear múltiplas agências, instituições e sistemas que são ao mesmo tempo operacionalmente autônomos com relação aos demais e estruturalmente ligados através de várias formas de dependência recíproca. Os governos sempre contaram com outras agências para ajudá-los a concretizar os objetivos estatais ou a projetar o poder de Estado além do aparelho de Estado formal. E, como nota Poulantzas, nada há de novo sobre as redes de poder paralelo que atravessam e unificam o aparelho de Estado, conectando-o a outras forças sociais.⁸¹ Mas este recurso foi reordenado e incrementado. O peso relativo da governança cresceu em todos os níveis; não só nos níveis supranacional, local ou regional, como também nos terrenos transterritorial e interlocal. Entretanto, este incremento da governança não exigiu uma perda no poder do governo, como se o poder fosse um recurso de soma-zero mais que uma relação social. Desse modo, o recurso à governança poderia aumentar a capacidade de o Estado projetar a sua influência e assegurar os seus objetivos, mobilizando conhecimento e recursos de poder de influentes parceiros não-governamentais ou agentes financeiros. Além disso, dentro do quadro geral dos deslocamentos na correlação das forças de classe, a inclinação para a governança poderia também ser parte de uma luta política mais complexa, voltada para impedir a instauração de um controle democrático-popular sobre as decisões cruciais.⁸² Na análise de ambos os aspectos, é importante resistir à impressão idealista e errônea de que a expansão de regimes não-governamentais significa que o Estado não seja mais necessário. Na verdade, o Estado continua a ter um papel importante, precisamente em função do desenvolvimento de tais regimes. Ele não é apenas um ator importante em muitos mecanismos de governança individuais, mas também conserva a responsabilidade pela sua supervisão à luz da correlação global das forças de classe e da função de manter a coesão social.

Em terceiro lugar, existe uma tendência complexa à *internacionalização dos regimes de formulação de políticas*. O contexto internacional da ação estatal doméstica se estendeu a ponto de incluir um amplo leque de fatores e processos extraterritoriais ou transnacionais; e se tornou também estrategicamente relevante para a tomada de decisões doméstica. Os agentes fundamentais dos regimes de formulação de políticas também

81. Ver *Fascismo e ditadura, As classes sociais no capitalismo de hoje, A crise das ditaduras e O Estado, o poder, o socialismo*.

82. Ver *Political power and social classes e O Estado, o poder, o socialismo*.

se expandiram a ponto de incluir agentes e instituições estrangeiros como fatores na projeção, no equacionamento e na implementação da tomada de decisões.⁸³ Esta tendência se reflete nas políticas econômicas e sociais, na medida em que o Estado vai se tornando mais envolvido com a “competitividade internacional” no sentido mais amplo (conforme os meus comentários anteriores sobre os regimes schumpeterianos pró-trabalho pós-nacionais). O neoliberalismo adotado em nome da globalização é a manifestação mais óbvia e sonora desta tendência; mas o seu impacto social de longo prazo está provando ser o mais desastroso. Esta tendência certamente não surpreenderia Poulantzas; ela é uma excelente ilustração dos seus próprios argumentos sobre a burguesia interior e sobre a importância crescente do Estado nacional na condução do processo de internacionalização. Mas deveria ser observado que esta tendência também afeta os aparelhos local e regional, abaixo do nível nacional; e que ela é também evidente no acima mencionado desenvolvimento de conexões inter-regionais e suprafronteiras que relacionam as autoridades local e regional com os regimes de governança nas diferentes formações nacionais.

Estas tendências foram apresentadas acima de um modo unilateral e não-dialético. Cada uma delas está ligada a uma contratendência que ao mesmo tempo qualifica e transforma o seu significado para a dominação política de classe e para a acumulação. Isto envolve mais que uma mera referência ao que Poulantzas descreveu como os efeitos complexos de “conservação-dissolução” associados a estágios sucessivos de desenvolvimento do capitalismo. Tais efeitos certamente se produzem na medida em que as formas e funções pregressas do Estado se conservam e/ou se dissolvem no processo de transformação do Estado. Desse modo, a emergência tendencial do regime schumpeteriano pró-trabalho pós-nacional está ligada a diferentes tipos de efeitos de conservação-dissolução produzidos sobre o Estado keynesiano de-bem-estar nacional através de diferentes esferas de intervenção estatal bem como de diferentes formações nacionais. As contratendências mencionadas aqui podem ser interpretadas como reações às novas tendências, mais que como sobrevivências de padrões anteriores. É por isso que elas deveriam ser encaradas mais como contratendências, opostas às tendências imperantes, que o contrário. Passemos agora à breve apresentação dessas contratendências.

Na contracorrente da desnacionalização da condição estatal, registram-se as tentativas dos Estados nacionais de manter o controle sobre a

83. Cf. Peter Gurevitch, “The second image reversed: the international sources of domestic politics”, in *International Organisation* n. 32 (4), 1978, p. 881-912; E G. B. Doern, L. A. Pal e B. W. Tomlin (eds.), *Border crossings: the internationalisation of Canadian public policy*, Don Mills: Oxford University Press, 1996

articulação das diferentes escalas espaciais. Porém, ainda que se pudesse pensar que há uma simples continuidade de função nesse aspecto,⁸⁴ eu argumentaria que uma importante descontinuidade foi introduzida através da “relativização da escala”⁸⁵ que está associada à “corrente” fase do imperialismo. No fordismo atlântico, o nível nacional de organização econômica e política era fundamental: o objetivo da ordem internacional do pós-guerra era dar apoio às economias e aos Estados nacionais; e os aparelhos local e regional atuavam como correias de transmissão do Estado nacional.⁸⁶ O atual período de globalização envolve a proliferação de escalas espaciais (seja a terrestre, a territorial ou a telemática),⁸⁷ a sua relativa dissociação em hierarquias complexamente entrelaçadas (mais que a simples acomodação de escalas) e um crescente enredamento das estratégias de escala, na medida em que as forças econômicas e políticas buscam as condições mais favoráveis à inserção na cambiante ordem internacional.⁸⁸ Neste sentido, a escala nacional perdeu a primazia que supostamente detinha na organização econômica e política do fordismo atlântico; mas isso não significa que alguma outra escala de organização econômica e política (seja a “global” ou a “local”, a “urbana” ou a “triádica”) tenha adquirido uma primazia similar. Na verdade, esta relativização da escala poderia ser vista como um fator ulterior contribuindo para as crescentes heterogeneidade e desarticulação (apontadas por Poulantzas) dos blocos no poder nacionais e, *a fortiori*, para a aparente perda de poder dos Estados nacionais. Entretanto, na ausência de um Estado supranacional com poderes equivalentes aos do Estado nacional, a desnacionalização da condição estatal se relaciona com tentativas, partidas dos Estados nacionais, de reafirmar o seu poder através do direcionamento da relação entre diferentes escalas de organização econômica e política.

Na contracorrente do deslocamento para a governança, situa-se o papel ampliado do governo na *metagovernança*. De modo sugestivo, Poulantzas identificou um dos aspectos do estatismo autoritário como o “desenvolvimento maciço de redes estatais paralelas de caráter público,

84. Cf. Poulantzas, *As classes sociais no capitalismo de hoje*.

85. Cf. Chris Collinge, “Spatial articulation of the State: reworking social relations and social regulation theory”, texto interno e não publicado do Center for Urban and Regional Studies, da Universidade de Birmingham, Reino Unido. Center for Urban and Regional Studies, da Universidade de Birmingham, Reino Unido.

86. Cf. B. Jessop, “Die Zukunft...”, já citado.

87. Cf. Timothy Luke, “Placing power/siting space: the politics of global and local in the New World Order”, in *Environment and planning D: Society and Space* n. 12 (4), 1994, p. 613-628.

88. Cf. B. Jessop, “Regional economic blocs...”, já citado.

semipúblico ou parapúblico — redes cuja função é cimentar, unificar e controlar o núcleo do aparelho de Estado (...) e cuja criação é diretamente orquestrada pelo escalão dirigente do Estado em simbiose com o partido dominante”.⁸⁹ Isto indica tanto a expansão da governança quanto a extensão da operação da governança à sombra do governo. Os governos (em várias escalas) estão se envolvendo mais na organização da auto-organização de parcerias, redes e regimes de governança. Eles proporcionam as regras fundamentais para a governança; asseguram a compatibilidade dos diferentes mecanismos e regimes de governança; desenvolvem um relativo monopólio da inteligência e da informação organizacionais, mediante o qual podem moldar as expectativas cognitivas; atuam como um “tribunal de recursos” nas disputas que emergem dentro e acerca da governança; procuram rebalancear os diferenciais de poder através da revitalização das forças ou dos sistemas mais frágeis, no interesse da integração sistêmica ou da coesão social; empenham-se em modificar a autocompreensão das identidades, das capacidades estratégicas e dos interesses de atores individuais ou coletivos em diferentes contextos estratégicos, e conseqüentemente alteram as suas implicações para as estratégias e táticas escolhidas; e também assumem responsabilidade política no caso de uma deficiência da governança. Ainda que Poulantzas não tenha discutido tais tarefas em detalhe (referindo-se apenas às funções das redes estatais paralelas), há boas razões para que levemos a sério seu argumento mais geral segundo o qual tais tarefas serão conduzidas pelo Estado não apenas em termos de sua contribuição para as funções particulares do Estado como também em termos de suas implicações para a dominação política de classe.

De modo algo ambíguo, a crescente importância dos Estados nacionais, na sua luta para moldar o desenvolvimento de regimes internacionais de formulação de políticas no interesse de suas respectivas burguesias nacionais, funciona como um contrapeso mas também como um fator de reforço da internacionalização de tais regimes. Este fenômeno foi enfatizado, ainda que num contexto diferente, na crítica poulantziana do “Estado mundial”. Uma segunda, e igualmente ambígua, contratendência é a “interiorização” dos constrangimentos internacionais à medida que este último se integra aos paradigmas de política estatal e aos modelos cognitivos dos agentes decisores domésticos. Este fenômeno foi extensamente discutido por Poulantzas.⁹⁰ Todavia, em consonância com as minhas próprias observações anteriores, agregaria aqui que a “interio-

89. Cf. *State, power, socialism*, p. 239.

90. Ver Poulantzas, *As classes sociais no capitalismo de hoje, A crise das ditaduras e O Estado, o poder, o socialismo*.

rização” não está confinada ao nível do Estado nacional; ela também está evidente nos níveis local, regional, suprafronteira e inter-regional, bem como nas atividades das chamadas “cidades empresariais”. A relativização da escala torna tal “interiorização” significativa em todos os níveis da organização econômica e política e, na verdade, suscita a consideração da complexa dialética das articulações espaciais que se reflete num fenômeno como o da “glocalização”.⁹¹

A persistência do significado do Estado nacional

Esta seção trata da questão que mais desafiou Poulantzas nos seus comentários sobre a internacionalização: é ainda possível, hoje, falar-se de um *Estado nacional* nas metrópoles imperialistas? A resposta de Poulantzas a essa questão era a seguinte: o Estado nacional é insubstituível. Alguém poderia argumentar que ele encarou o Estado nacional, numa certa medida, como se “se auto-substituindo”.⁹² Minhas observações visaram revelar alguns aspectos complexos da transformação do Estado contemporâneo; mas elas foram inseridas numa estrutura que é amplamente congruente com a abordagem de Poulantzas. Resta-me sugerir que as várias mudanças, tendências e contratendências que levei em conta anteriormente não conduzem a uma mudança fundamental no Estado nacional enquanto tal. Ao invés disso, elas parecem implicar a transformação do Estado keynesiano de-bem-estar nacional, que era um aspecto crucial das formações sociais européias do pós-guerra analisadas por Poulantzas. Isto não exclui a transformação da forma e das funções estatais por vias que mantêm a “nação” como a matriz da organização política e salvaguardam a continuidade e a centralidade do papel político do Estado nacional.

Não há dúvida de que este continua a ser um importante nível de mobilização, a despeito da (e, na verdade, precisamente por causa da) desnacionalização que sucedeu à crise do Estado keynesiano de-bem-estar nacional. Neste contexto, gostaria de sugerir, numa linha quase gramsciana, que o Estado *no seu sentido integral* é reproduzido em e através de contínuas mudanças na articulação do governo e da governança. Isto reflete o paradoxo do “todo e da parte” instalado no

91. Trata-se aqui de um trocadilho do autor, combinando *globalização* e *localização* (nota do tradutor).

92. A “auto-substituição” ocorre quando a crise de uma instituição leva à sua substituição por uma instituição equivalente. Assim, a eliminação dos mercados conduz aos mercados negros; e a suspensão do parlamentarismo conduz àquilo que Gramsci nomeou o “parlamentarismo negro” nos seus *Cadernos do cárcere*. De modo similar, poder-se-ia argumentar que uma crise de uma forma específica de Estado nacional conduz à sua autotransformação ou à sua substituição por uma nova forma de Estado nacional.

centro do moderno Estado nacional, e que tanto alimentou o debate sobre a natureza e os propósitos do governo. Pois, enquanto o Estado é apenas um dentre vários conjuntos institucionalmente separados existentes na formação social, ele é o único encarregado da responsabilidade global pela manutenção da coesão da formação social cindida em classes do qual ele é apenas uma parte.⁹³ Ao exercer essa responsabilidade, o Estado precisa olhar continuamente além das suas próprias limitadas capacidades estratégicas, para poder garantir a integração institucional e a coesão social da sociedade mais abrangente a que ele pertence. Este paradoxo gera, por sua vez, um dilema estratégico: se partilhar o poder faz tendencialmente diminuir a unidade e a identidade próprias ao Estado, não partilhar o poder contribui para minar a sua efetividade.⁹⁴ Este dilema é apresentado em termos teóricos de classe por Poulantzas, nos seus comentários sobre a complexidade crescente dos processos de formação de um bloco no poder nacional e de preservação da sua hegemonia sobre as massas populares.⁹⁵ Neste contexto, pode ocorrer que o deslocamento do governo para a governança reflita um reordenamento da função geral (ou “global”) do Estado nacional: ele agora se tornou responsável pela organização da auto-organização das forças sociais, de modo que esta reflita a “vontade geral” e/ou sirva o “interesse público”. Isto representaria a rearticulação do Estado no seu sentido integral de “sociedade política + sociedade civil”. Na verdade, a menos que (ou antes que) uma organização política supranacional adquira não apenas poderes governamentais como também alguma dose de legitimidade democrática, baseada numa forma internacional ou cosmopolita de cidadania, o Estado nacional continuará a ser um fator político decisivo como a instância suprema da dominação política democrático-burguesa. O modo pelo qual ele desempenha esse papel vai depender da variável matriz institucional e dos deslocamentos na correlação de forças à medida que a globalização, a triadização, a regionalização e o ressurgimento da governança local prosseguem a passo rápido.

Observações à guisa de conclusão

A principal contribuição teórica de Poulantzas foi a proposição de uma visão do poder de Estado como uma relação social que é reproduzida

93. Cf. Jessop, *State Theory: putting capitalist States in their place*, p. 360.

94. Cf. Claus Offe, “Die Staatstheorie auf der suche nach ihrem gegenstand beobachtungen zur aktuellen diskussion”, in T. Ellwein et al. (eds.), *Jahrbuch zur Staats — und verwaltungswissenschaft*, Bnd I, 1987, Baden-Baden, Nomos Verlag, p. 309-320.

95. Ver especialmente *Political power and social classes, As classes sociais no capitalismo de hoje e O Estado, o poder, o socialismo*.

dentro de e através de um jogo interativo entre a forma institucional do Estado e a natureza cambiante das forças políticas. Esta visão se associava, por sua vez, a uma ênfase crescente sobre a natureza do Estado como um sistema de *seletividade estratégica* e sobre a natureza da luta política como um campo para *estratégias de competição* pela conquista da hegemonia. Ele também se empenhou em relacionar esses argumentos com as formas mutáveis do imperialismo e do Estado nacional.

Reconstruindo o esquema de Poulantzas, sugeri que a relação entre a internacionalização e o Estado nacional mudou em vários aspectos decisivos desde que ele fez as suas análises. Em primeiro lugar, algumas das funções particulares tecnoeconômicas, estritamente políticas e ideológicas do Estado nacional estão sendo realocadas noutros níveis da organização estatal. Referi-me a este processo como a desnacionalização da condição estatal. Em segundo lugar, algumas das funções particulares tecnoeconômicas, políticas e ideológicas anteriormente ou atualmente desempenhadas pelo Estado nacional têm sido crescentemente partilhadas com, ou totalmente deslocadas para, outros atores políticos, arranjos institucionais ou regimes (paraestatais ou privados). Referi-me a esse processo como o deslocamento do governo à governança. Em terceiro lugar, em consonância com os argumentos do próprio Poulantzas, o contexto internacional da ação estatal doméstica adquiriu um significado maior para os aparelhos nacional, regional e local;⁹⁶ e os seus campos de ação para propósitos domésticos se expandiram até o ponto de incluir uma extensa lista de fatores e processos extraterritoriais ou transnacionais. Todas essas três tendências estão associadas a uma redefinição parcial das funções particulares do Estado. Obviamente, estudos mais detalhados da reestruturação e da reorientação do Estado nacional deveriam focalizar cada tendência em termos mais concretos e mais complexos. Também deveria ficar evidente que, se cada uma dessas três tendências pode variar, o modo e a extensão de sua variação podem ser ainda mais variados. Dito isto, é importante considerar todas as três tendências na sua interação, mais que focalizar apenas uma delas ou considerar cada uma isoladamente.

Uma ênfase excessiva sobre a primeira tendência traz o risco da confusão das funções ou tarefas particulares de uma forma particular de Estado nacional num período particular com as atividades funcionais genéricas (ou “globais”) do tipo capitalista de Estado em qualquer formação social capitalista. Por ora, esta última função, como Poulantzas salientou, permanece firmemente ancorada no Estado nacional. Neste sentido, a desnacionalização deveria ser vista como um processo parcial e desigual que ainda deixa ao Estado nacional rearticulado o exercício da

96. Em adição ao contexto internacional da ação estatal doméstica, os imperativos da competição econômica internacional continuam a realçar o contexto doméstico da ação estatal internacional.

função genérica do tipo capitalista de Estado. Isso certamente não significa que um Estado “supranacional” já emergiu para manter a integração institucional e a coesão social numa formação social supranacional, extensa e cindida em classes. A esse respeito, veja-se o desenvolvimento ainda limitado do papel da União Européia na promoção da “coesão social” num quadro geral de desenvolvimento desigual e de descontinuidades geradas pela integração econômica regional e pela competição internacional.

Uma abordagem unilateral da segunda tendência traz o risco da confusão de mudanças nos arranjos institucionais específicos associados a regimes particulares com a erosão do Estado no seu sentido integral. O deslocamento tendencial do governo para a governança não precisa enfraquecer o aparelho de Estado como um todo ou debilitar a sua capacidade de buscar a implementação de projetos estatais específicos. A nova configuração dependerá bastante dos modos pelos quais os novos mecanismos de governança se ligam à busca de objetivos estatais modificados em novos contextos, bem como à capacidade de o Estado projetar o seu poder na sociedade mais abrangente. Essa relação real se reflete ideologicamente na assertiva neoliberal segundo a qual um Estado superextenso é um Estado fraco, o que implica que só em caso de redução das atividades estatais àquelas que apenas o aparelho estatal pode (e deve) desempenhar se pode estar certo que ele as cumprirá de fato.

Uma visão excessivamente limitada da terceira tendência traz o risco duplo da desconsideração dos modos pelos quais o Estado nacional anteriormente conduziu a inserção do espaço econômico nacional dentro da economia mais ampla; e, alternativamente, da minimização das descontinuidades reais quanto ao envolvimento corrente do Estado com a competitividade estrutural dos capitais com base nacional, no país e no exterior. A hegemonia norte-americana e a cooperação intergovernamental no período do pós-guerra resgataram o “Estado nacional” e, embora o Estado keynesiano de-bem-estar nacional estivesse particularmente envolvido com a condução macroeconômica de uma economia nacional relativamente fechada, ele o fez no contexto de uma economia fordista atlântica plurinacional. Mais digno de nota, talvez, é o fato de que pequenas economias abertas desse sistema plurinacional estavam comprometidas com a manutenção de sua coerência enquanto economias nacionais, a despeito de sua dependência com relação às exportações. Elas parecem ter mantido o seu caráter nacional, bem como assegurado a unidade do bloco no poder e do povo, a despeito de níveis de internacionalização que hoje se pensaria implicarem a perda da soberania. Este fato reforça a observação feita anteriormente (e extraída de Poulantzas) de que o poder do Estado nacional diante da internacionalização depende decisivamente

da coesão do bloco no poder. Se os Estados nacionais agora parecem destituídos de poder em face do capital financeiro e/ou do capital industrial externo, isso pode resultar da reprodução induzida, dentro desses Estados, de conflitos interimperialistas e/ou interfrações.

Finalmente, ao relacionar essas tendências, individual ou conjuntamente, tão somente a mudanças na economia, corre-se o risco da subestimação economicista da importância da política.⁹⁷ Este erro poderia ocorrer de pelo menos duas maneiras. De um ponto de vista econômico, mesmo que se prestasse a devida atenção à implicação social e à regulação social da acumulação de capital, seria errôneo explicar essas tendências gerais em termos de mudanças econômicas sem notar o quanto estas últimas se traduzem desde logo, através de lutas, em problemas políticos para a ação estatal; e como a sua solução é mediada através da natureza específica do Estado (inscrição estrutural, seletividade estratégica). Este é um erro contra o qual Poulantzas nos preveniu. Do mesmo modo, de um ponto de vista mais centrado no Estado, seria errôneo sugerir que essas tendências são atribuíveis apenas a mudanças econômicas (politicamente mediadas). Isto porque poderia também haver razões políticas *sui generis* compelindo os agentes estatais e outras forças políticas a se engajar no redesenho institucional e na reorientação estratégica.⁹⁸ É aqui que a ênfase marxista de Poulantzas sobre a primazia da luta política de classe merece um desenvolvimento ulterior.

Minha conclusão é que a “reprodução ampliada” do capitalismo e das classes sociais no antigo espaço econômico do fordismo atlântico não está mais ligada politicamente ao Estado keynesiano de-bem-estar nacional com as suas correias de transmissão locais, inclinações corporativas e apoios internacionais. Ela foi realocada no regime schumpeteriano pró-trabalho pós-nacional, mais internacionalizado e localizado. As funções particulares deste último se dispersaram por vários níveis institucionais de organização territorial e são partilhadas com um amplo leque de agentes financeiros funcionalmente relevantes (bem como política e ideologicamente definidos). Porém, a função política genérica de manter a coesão social ainda é desempenhada no nível do Estado nacional, no quadro deste conjunto político reestruturado e reorientado. Aqui, os aspectos típicos e as funções genéricas do Estado nacional são bastante diferentes daqueles próprios ao Estado keynesiano de-bem-estar nacional; e o contexto estratégico em que ele opera também foi transformado de modo significativo.

97. Ver Detlev Evers, “Supranationale Staatlichkeit am beispiel der Europaeischen Union: civitas civitatum oder monstrum”, in *Leviathan* n. 1, 1994, p. 115-134; ver p. 117.

98. Cf. B. Jessop, “Post-fordism and the State”, já citado.

Para o futuro próximo, o máximo que se poderia esperar na Europa são alguns movimentos por um regime econômico *integral*, orientado pela integralização da competitividade estrutural e da coesão social num espaço econômico europeu que ele define junto com outros importantes atores econômicos e políticos da ordem internacional. No nível mais elevado, este regime envolverá um poder público que combine aspectos de um “condomínio”⁹⁹ de atores fundamentais em mecanismos de governança e a confederação de Estados nacionais. Desse modo, por um lado, na medida em que os mecanismos de governança proliferam na base assim como são impostos por cima e podem ser encontrados em várias escalas espaciais a serviço de diferentes propósitos funcionais, o poder público supranacional buscará seletivamente coordená-los com vistas a ampliar os seus papéis schumpeterianos pró-trabalho e a ajudá-los na projeção do seu poder além dos seus limites organizacionais e institucionais. Isto é especialmente importante, dadas as restrições correntes quanto aos seus recursos e quanto à natureza limitada do seu próprio aparelho de Estado supranacional. Esforços para promover a governança às expensas do governo poderiam ser bem sucedidos passando ao lado dos Estados nacionais e/ou garantindo a sua submissão por outras vias. Por outro lado, deveria ser evidente que os próprios Estados nacionais não apenas são atores fundamentais em vários mecanismos de governança (e portanto inevitavelmente arrastados para dentro da política europeia) com também se empenham em coordenar esses mecanismos no nível nacional por vias que podem as preferências europeias de nível (de modo que a política europeia é inevitavelmente tragada para dentro da política nacional).

Além do mais, dados a continuidade da importância das funções políticas genéricas ou “globais” dos Estados nacionais e o persistente “déficit democrático” do poder público da Europa, este último se apóia pesadamente nos Estados nacionais tanto para se legitimar quanto para ser auxiliado no estabelecimento da submissão às políticas europeias mais

99. Extraí o conceito de condomínio da obra de Schmitter, Streeck e Schmitter, e Traxler e Schmitter. Porém, enquanto Schmitter e os seus colaboradores ligam o “condomínio” à organização mais funcional que territorial, eu o relaciono aqui com a governança, em oposição ao governo. A esse respeito, minha abordagem é também inspirada por Ingeborg Tömmel, “System — Entwicklung and politikgestaltung in der Europäischen gemeinschaft am beispiel der regionalpolitik”, in M. Kreile (ed’.), *Die integration Europas*, Opladen, Westdeutscher Verlag, 1992, p. 185-208; e “Die Europäische Gemeinschaft: supranationaler Staat oder Politische agentur des Marktes?” n. 6, 1993, p. 28-29. Para o enfoque de Schmitter, consultar Philippe C. Schmitter, “The emerging euro-polity and its impact upon euro-capitalism”, mimeo., 1994; bem como Franz Traxler e Philippe C. Schmitter, “Perspectives on European integration, organized interest intermediation, and policy formation”, in V. Eicher e H. Volezkow (eds.), *Perspektiven Europäische integration, verbandlicher interessenmediation und politikformulierung*, Campus, Frankfurt, 1995.

abrangentes.¹⁰⁰ Mesmo com a “interiorização” dos interesses do capital europeu e/ou global nas estratégias de acumulação e nos projetos hegemônicos dos Estados nacionais,¹⁰¹ ainda há um campo amplo para conflitos sobre como dirigir uma inserção nacional intrinsecamente desigual no quadro de uma ordem internacional em mutação. Do mesmo modo, ainda que o compromisso europeu com o princípio da subsidiariedade possa reforçar os aparelhos local e regional bem como os seus laços suprafronteiras, ele ainda reserva um papel crucial para os Estados nacionais, especialmente se eles são Estados unitários mais que federais. Assim, esteja ele propenso à crise e à erosão, ou não, em sua integral dimensão econômica keynesiana de-bem-estar, o Estado nacional do pós-guerra permanece significativo como uma força *política* geral.

Em suma, o futuro do sistema político europeu refletirá, de forma intensificada, o futuro do Estado nacional. Ambos estão sujeitos às três tendências gerais apontadas neste texto. Mas o sistema político europeu, que de modo pouco realista esperava se configurar como o embrião do Estado nacional europeu, está agora sujeito a pressões crescentes para que se mova na direção de um futuro além do Estado nacional do pós-guerra. Na verdade, carecendo de sólidos legados institucionais de um caráter estatal nacional, o sistema político europeu revela de modo mais pleno e transparente as tendências correntes na rearticulação dos momentos econômico e político da relação capitalista. No entanto, precisamente porque ele carece de sólidos legados institucionais de um caráter estatal nacional, o sistema político europeu se mostra igualmente inclinado a se apoiar em Estados de fato nacionais (mesmo que propensos à crise) para tomar emprestada a sua legitimidade e para cooperar na implementação de políticas. Só o futuro dirá se esse sistema pode brotar de tais paradoxos, dilemas e contradições através da implementação de um novo “contrato social” numa escala européia. Se tal ocorrer, ele assumirá a forma de um regime schumpeteriano pós-trabalho “desnacionalizado” e baseado na governança, implantado numa escala européia.

100. Cf. o trabalho já citado de Hirst e Thompson.

101. Cf. Poulantzas, “L’internationalisation des rapports capitalistes...”, já citado.